

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. ("Companhia") referentes ao exercício de 2012, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

Análise do ambiente macroeconômico – Em 2012, como já havia ocorrido no ano anterior, o setor de construção se ressentiu dos efeitos da crise financeira internacional e voltou a conviver com adiamentos na execução de importantes projetos, além de enfrentar questões relacionadas ao fluxo de pagamentos em obras contratadas. Esses fatores acabaram por comprometer o resultado das empresas. De uma maneira geral, o segmento de construção ainda apresentou um comportamento superior (1,4% de expansão) ao do Produto Interno Bruto (crescimento de 0,9%) o que, no entanto, ficou muito aquém das expectativas anunciadas no início do ano.

Desempenho econômico e financeiro – Os resultados da Companhia em 2012 mostraram uma evolução em relação às demonstrações financeiras do exercício anterior, embora tenham sido ligeiramente inferiores às previsões para o exercício. A receita operacional bruta da Controladora alcançou R\$ 1,33 bilhão (com receita operacional líquida de R\$ 1,24 bilhão), enquanto o Ebitda avançou para R\$ 104,7 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 41 milhões, superior ao resultado apurado em 2011. A carteira de projetos apresentou significativo incremento, com a conquista de importantes obras. Ao final do ano, o *backlog* alcançou R\$ 5 bilhões, valor que amplia as perspectivas de faturamento para 2013, assegura o cumprimento das metas econômicas e sinaliza um período de melhores resultados nos próximos exercícios. Dois projetos assegurados em 2012 merecem destaque: o contrato, assinado com o consórcio formado por Petrobras, BG Group e Petrogal Brasil, para a construção *topside* e integração de plataformas para a expansão do pré-sal da Bacia de Santos (SP), conhecido como Replicantes; e o projeto de expansão da fábrica de cimento da Holcim, em Barroso (MG), que terá sua capacidade de produção ampliada de 1,3 milhão de toneladas/ano para 3,6 milhões de toneladas/ano. O exercício também foi marcado por negociações para o retorno de nossas operações no exterior. A empresa, que foi pioneira em seu setor na conquista de grandes obras fora do País, mantém atualmente negociações para atuar na América Latina e África.

Sistema de Gestão Integrada (SGI) – Um dos pilares que asseguram a eficiência na condução de nossas atividades, o Sistema de Gestão Integrada (SGI) reúne os conceitos e diretrizes relacionados às dimensões da sustentabilidade. A política de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional e Responsabilidade Social (QMSR) é o principal documento do Sistema e orienta todas as iniciativas. Em 2012, a empresa consolidou o foco de atuação do sistema de QMSR, como suporte técnico e facilitador do desenvolvimento de novos negócios e como base da geração de resultados. A Companhia é certificada nas normas referentes à Qualidade (ISO 9001), Gestão Ambiental (ISO 14001), Saúde e Segurança do Trabalho (OHSAS 18001) e Responsabilidade Social (SA 8000), documentos que representam um importante diferencial para o desenvolvimento dos projetos. Possui ainda certificação relacionada à qualidade produtiva em habitação do Programa

Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), que abrange o escopo de execução de obras de edificações, saneamento básico, viárias e obras de arte especiais e mais de 3.600 atestados de capacidade técnica que comprovam a sua experiência em diversos segmentos da engenharia e construção, conquistados ao longo de suas seis décadas de atividade.

Gestão de Pessoas – As características inerentes à execução dos projetos desenvolvidos pela empresa exigem um grande contingente de profissionais qualificados, o que confronta a atual realidade da mão de obra brasileira, que apresenta carência de pessoas com formação e capacitação adequada em áreas técnicas. Para garantir a sustentação e ampliação dos negócios, a Diretoria de Recursos Humanos iniciou, em 2012, o segundo ciclo do Mapeamento do Capital Humano, que permite conhecer e destinar melhor as habilidades dos colaboradores, com a atualização do cadastro de competências, aspirações e trajetória profissional; o mapeamento das possibilidades de aproveitamento interno e a consolidação do *assessment*. Além dele, a Companhia investiu na ampliação e estruturação do programa Jovens Profissionais, com objetivo de prepará-los para assumir posições estratégicas em um futuro próximo. A empresa desenvolveu ainda um sistema integrado de gestão de pessoas, em fase de implantação, uma ferramenta que possibilitará a conexão dos diversos processos de recursos humanos, com reflexos sobre a qualidade, a rapidez e a segurança das informações sobre o capital humano em todo o território nacional.

Perspectivas para 2013 – As perspectivas para este ano são favoráveis. A Companhia conquistou importantes contratos nos primeiros meses de 2013. Em Pernambuco, a Companhia foi contratada para as obras da Transposição Meta 1 Norte, com a execução de serviços em mais de 130 km no projeto de Integração do Rio São Francisco. Em São Paulo, a empresa participará da implantação do Lote 1 do Rodoanel Norte e construirá mais de 1.200 unidades habitacionais. Um dos desafios da Companhia é adaptar-se à nova dinâmica de contratações do setor público, com ênfase no mercado de concessões e parcerias público-privadas (PPPs). A empresa está se posicionando fortemente para operar nessas modalidades, uma tendência já assinalada pelos governos federal e estadual. Para isso, trabalha na reformulação de sua estrutura organizacional, objetivando a preparação para este novo formato de licitação pública no mercado, com foco não apenas na construção civil, mas em projetos executivos com escopo de engenharia e que incluem também a administração do negócio. Além disso, duas novas áreas foram criadas no início deste ano - de Negócios no Exterior e de Saúde, visando ampliar o portfólio de atividades da empresa e sua carteira de clientes. Em 2013, a empresa também iniciou um movimento destinado a aperfeiçoar sua governança corporativa e otimizar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos negócios. Um dos marcos desse movimento foi a criação do colegiado diretivo. Ao completar seis décadas de excelência em engenharia, a Companhia está pronta para uma nova etapa de sua história e preparada para reconquistar espaços e crescer de forma sustentável.

Agradecimentos

 Agradecemos o apoio e a participação dos senhores acionistas, colaboradores e parceiros pelos resultados obtidos em 2012. **A Diretoria**
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	72.700	93.756	89.124	94.295
Contas a receber de clientes	6	457.663	183.594	496.218	223.890
Títulos a receber	7	114.856	118.107	114.856	118.107
Adiantamentos a fornecedores		27.910	20.745	27.910	20.745
Estoques	8	39.950	82.222	39.986	82.427
Outros ativos circulantes		43.803	20.324	44.111	20.860
		756.882	518.748	812.205	560.324
Não circulante					
Partes relacionadas	9	1.097	18.908	1.814	19.697
Títulos a receber	7	131.377	42.276	131.377	42.276
Investimentos	10	40.666	50.363	2.957	31.662
Imobilizado líquido	11	35.956	28.132	36.098	28.188
Intangível	12	24.870	22.715	24.870	22.715
		233.966	162.394	197.116	144.538
Total do ativo		990.848	681.142	1.009.321	704.862

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	134.750	70.487	134.750	70.487
Fornecedores e subempreiteiros	14	117.648	74.566	128.945	76.873
Salários e encargos sociais	15	50.132	49.949	51.219	50.390
Impostos e contribuições	16	50.781	15.321	53.598	17.504
Adiantamentos de clientes		65.163	1.154	59.169	1.175
Outros contas a pagar		6.004	4.490	6.350	5.177
		424.478	215.967	434.031	221.606
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	55.289	17.357	55.289	17.357
Impostos e Contribuições	17	48.334	26.437	48.334	26.437
Provisão para Contingências	18	4.229	5.443	4.229	5.443
Passivo Atuarial	20	6.540	5.361	6.540	5.361
Títulos a pagar		666	844	666	844
		115.058	55.442	115.058	55.442
Patrimônio líquido					
Capital social	19.1	235.000	235.000	235.000	235.000
Reserva legal		14.094	11.948	14.094	11.948
Reserva de lucro retidos	19.2	193.809	153.027	193.809	153.027
AAP - Ajustes de Avaliação Patrimonial		8.254	9.758	8.254	9.758
ACC - Ajuste Acumulado de Conversão		155	-	155	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		451.312	409.733	451.312	409.733
Participação dos não controladores		-	-	8.920	18.081
		451.312	409.733	460.232	427.814
Total do passivo e patrimônio líquido		990.848	681.142	1.009.321	704.862

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida das atividades continuadas					
Receita operacional líquida das atividades continuadas	22	1.239.948	1.248.693	1.299.818	1.258.008
Custo de serviços e empreitadas de obras		(1.043.420)	(1.095.499)	(1.085.419)	(1.102.763)
Lucro bruto		196.528	153.194	214.399	155.245
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	23	(116.166)	(100.430)	(116.512)	(101.950)
Resultado de equivalência patrimonial		23.166	6.071	14.472	5.579
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(8.049)	(7.182)	(8.009)	(6.069)
		(101.049)	(101.541)	(110.049)	(102.440)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas					
Receitas (despesas) financeiras líquidas	24	95.479	51.653	104.350	52.805
		(38.836)	(27.572)	(38.733)	(27.573)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido	25	56.643	24.081	65.617	25.232
Corrente		(3.736)	(8.615)	(5.674)	(8.876)
Diferidas		(11.483)	4.848	(11.483)	4.848
		(15.219)	(3.767)	(17.157)	(4.028)
Lucro líquido do exercício		41.424	20.314	48.460	21.204
Lucro atribuível a					
Acionistas controladores				41.424	20.314
Participação dos não controladores				7.036	890
				48.460	21.204
Número de ações no final do exercício (lote de mil ações)		205.058	205.058	205.058	205.058
Lucro líquido por ação do capital social - R\$		0,20	0,10	0,20	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social					
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		56.643	24.081	65.617	25.232
Depreciação e amortização		9.224	9.733	9.237	9.780
Baixas de imobilizado		8.484	2.304	8.484	2.304
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.219)	(3.767)	(17.157)	(4.028)
Resultado de equivalência patrimonial		23.166	6.071	14.472	5.579
Passivo atuarial		1.179	1.799	1.179	1.799
Constituição (reversão) de provisão para contingências		(1.214)	(3.877)	(1.214)	(3.877)
		82.263	36.344	80.618	36.789
(Aumento)/redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(274.069)	(92.779)	(273.755)	(93.960)
Títulos a receber		(85.850)	(14.127)	(85.850)	(14.127)
Adiantamentos a fornecedores		(7.165)	75.388	(7.165)	75.347
Estoques		42.272	(74.703)	42.441	(74.908)
Outros realizáveis		(23.479)	1.180	(23.251)	720
		(348.291)	(105.041)	(347.580)	(106.928)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		43.082	(23.895)	52.072	(22.620)
Salários e encargos sociais		183	(7.794)	829	(7.353)
Impostos e contribuições		57.357	9.467	57.991	9.131
Adiantamentos de clientes		64.009	(7.558)	59.421	(7.593)
Outros contas a pagar		1.336	2.754	995	2.661
		165.967	(27.026)	171.308	(25.774)
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais					
		(100.061)	(95.723)	(95.654)	(95.913)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis, líquido da captação de empréstimos		(27.687)	(8.774)	(27.786)	(8.830)
Investimentos em controladas		(13.314)	(9.093)	14.388	(8.110)
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas		17.811	(11.661)	17.883	(12.033)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(23.190)	(29.528)	4.485	(28.973)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		-	-	(16.197)	-
Empréstimos captados a longo prazo		102.195	41.930	102.195	41.930
Caixa líquido utilizado/proveniente nas atividades de financiamentos		102.195	41.930	85.998	41.930
Acréscimo/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(21.056)	(83.321)	(5.171)	(82.956)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		93.756	177.077	94.295	177.251
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					
		72.700	93.756	89.124	94.295
Acréscimo/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(21.056)	(83.321)	(5.171)	(82.956)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício		41.424	20.314	48.460	21.204
Outros resultados abrangentes					
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(1.503)	(1.499)	(1.503)	(1.499)
Constituição do ajuste acumulado de conversão		155	-	155	-
Resultado abrangente total do exercício atribuível a		40.076	18.815	47.112	19.705
Acionistas controladores					
Participação dos não controladores				40.076	18.815
				7.036	890
				47.112	19.705

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
1 - Receitas					
Serviços e vendas de materiais		1.334.555	1.348.543	1.397.777	1.358.362
Outras		4.320	13.834	4.320	14.349
Total receitas		1.338.875	1.362.377	1.402.097	1.372.711
2 - Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, serviços de terceiros e outros		(659.817)	(631.610)	(690.482)	(636.852)
Total de insumos adquiridos de terceiros		(659.817)	(631.610)	(690.482)	(636.852)
3 - Valor adicionado bruto (1 - 2)		679.058	730.767	711.615	735.859
4 - Depreciação		(9.224)	(9.733)	(9.237)	(9.780)
5 - Valor adicionado líquido (3 - 4)		669.834	721.034	702.378	726.079
6 - Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		23.166	6.071	14.472	5.579
Receitas financeiras		4.131	19		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Reserva de Lucros			Resultado abrangente			Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação de correção				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	235.000	10.857	11.976	120.329	11.257	-	-	389.419	17.191	406.610
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.499)	-	1.499	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.314	20.314	890	21.204
Reserva legal	-	1.091	-	-	-	-	(1.091)	-	-	-
Reserva especial p/ dividendos não distribuídos	-	-	5.181	-	-	-	(5.181)	-	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	15.541	-	-	(15.541)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	235.000	11.948	17.157	135.870	9.758	-	-	409.733	18.081	427.814
Pagamentos de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.197)	(16.197)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.504)	-	1.504	-	-	-
Constituição do ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	155	-	155	-	155
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	41.424	41.424	7.036	48.460
Reserva legal	-	2.146	-	-	-	-	(2.146)	-	-	-
Reserva especial p/ dividendos não distribuídos	-	-	10.195	-	-	-	(10.195)	-	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	30.587	-	-	(30.587)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	235.000	14.094	27.352	166.457	8.254	155	-	451.312	8.920	460.232

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima, de capital fechado, com sede em São Paulo, Capital, e atua na indústria de construções, montagens industriais e eletromecânicas, gerenciamento de empreendimentos, comércio, exportações, importações e outras atividades relacionadas com seu objeto principal, constantes do estatuto social. As suas controladas e controladas em conjunto possuem, substancialmente, o mesmo ramo de atividade da controladora.

2. Bases e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas contidas na Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações, as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicadas consistentemente para os períodos apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas e controladas em conjunto:

Sociedade	% de participação	
	2012	2011
SCP ETA Brasília	75,00%	75,00%
Integra Off Shore Ltda.	51,00%	0,00%
SCP Boulevard	56,00%	56,00%
SCP Saneamento Arrudas	50,00%	50,00%
SCP Torre TV Digital	50,00%	50,00%
Rodoanel Sul 5 Engª Ltda.	28,57%	28,57%

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 em 01 de março de 2013.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros ativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos:

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compras e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. São considerados dessa forma, quando a Sociedade a possui, as aplicações financeiras, incluídas em caixa e equivalentes de caixa;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. São considerados dessa forma as contas a receber de clientes, os direitos creditórios e os títulos a receber.

Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das quatro categorias a seguir: (a) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (b) empréstimos e recebíveis; (c) investimentos mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias depende de sua natureza e finalidade.

Os ativos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente, conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

A Companhia não efetuou operações com derivativos e/ou outros instrumentos de risco.

- Caixa e equivalentes de caixa:** incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota 5);
- Contas a receber de clientes:** referem-se a serviços executados e representam os valores estimados de realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, diminuídas ao valor recuperável, quando necessário (Nota 6);
- Títulos a receber:** estão registrados ao custo de aquisição, conforme os contratos e/ou outros documentos pertinentes. Os valores consignados nas demonstrações financeiras são inferiores aos que têm sido efetivamente realizados (Nota 7).

3.2. Estoques

Os estoques de materiais de aplicação em obras (almoxarifado) e de mercadorias para revenda, também destinados a obras, são avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição, deduzidos os tributos recuperáveis, quando aplicável. Quando o valor realizável dos estoques (considerados os tributos e despesas sobre a venda) é inferior aos valores registrados, é efetuado ajuste ao valor recuperável (Nota 8).

3.3. Investimentos

A Companhia detém investimento em controladas e em outras sociedades nas quais exerce o controle em conjunto com outros sócios, cujas demonstrações foram consolidadas (vide Nota 2). As participações em controladas em conjunto são consolidadas pelo método de consolidação proporcional.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as mencionadas participações são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10).

3.4. Imobilizado

Nos termos do "Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado" e da "Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos", a Companhia verificou o valor justo do ativo imobilizado, tendo constatado diferença relevante em relação aos bens registrados nas contas de Máquinas, Equipamentos e Veículos. Logo, registrou os mesmos ao valor justo, com base em avaliações efetuadas por técnicos avaliadores com larga experiência na avaliação de bens desta natureza. Os efeitos fiscais dessa avaliação foram reconhecidos de acordo com o ICPC 10 e o "Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributo sobre o lucro". Quanto aos demais itens do imobilizado, não foi verificada diferença substancial entre o valor contábil e o valor justo dos mesmos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Quando aplicável, os gastos na reforma do imobilizado são incorporados ao mesmo, somente se os benefícios econômicos associados aos gastos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Os reparos e manutenções são reconhecidos no resultado quando incorridos. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados na data de encerramento do exercício e ajustados, se necessário. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido ao seu valor recuperável, na hipótese de valor residual exceder o valor recuperável (Nota 11).

3.5. Intangível

Substancialmente, o ativo intangível refere-se a direitos minerais, que é uma atividade que também faz parte do objeto da Companhia e cuja exploração se pretende futuramente. Encontra-se registrado pelo custo incorrido na operação. O montante registrado não excede a substância econômica do direito (Nota 12).

3.6. Redução ao valor recuperável dos ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.7. Instrumentos financeiros passivos

Todos os instrumentos financeiros passivos foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas. Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Sociedade são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e subempreiteiros.

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, quando exigíveis em prazo de até doze meses da data do balanço e no passivo não circulante, quando exigíveis em prazos superiores ao mencionado.

Os passivos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

3.8. Provisões (passivos contingentes)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação (Nota 18).

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curtos e longos prazos são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras.

3.9. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O IRPJ e a CSLL são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Se aplicável, nos termos do CPC 32, sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas sobre o prejuízo fiscal/base negativa da CSLL, são constituídos créditos tributários diferidos. A realização do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que resultados tributáveis futuros sejam apurados, de forma a permitir a recuperação do ativo, ou parte dele, o saldo é ajustado ao valor que se espera que seja realizado.

O encargo com tributos (correntes e diferidos) é reconhecido no resultado, exceto quando corresponde a valores registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido; hipótese na qual os tributos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. (Nota 25).

3.10. Benefícios a empregados - previdência privada

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte; assistência médica e seguro de vida em grupo.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados abrangentes.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2011, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33, a Companhia reconheceu os efeitos da aplicação dessas práticas contábeis nas demonstrações financeiras, reconhecendo os efeitos nos resultados abrangentes (Nota 20).

3.11. Reconhecimento da receita

As receitas de serviços (obras) e da venda de mercadorias somente são reconhecidas quando: (i) os riscos e benefícios decorrentes da transação forem transferidos ao contratante; (ii) o seu valor puder ser estimado com segurança; e (iii) for provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Companhia e suas controladas. As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas e os custos de um contrato de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais orçados do contrato. As variações nos custos com mão de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável.

Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. Na hipótese de os custos incorridos atuais, acrescidos dos lucros reconhecidos e diminuídos das perdas reconhecidas excederem os adiantamentos recebidos, a diferença é reconhecida como "valores a receber de clientes".

Se os adiantamentos recebidos, conforme o progresso da construção excederem os custos incorridos atuais acrescidos dos lucros reconhecidos e diminuídos das perdas reconhecidas, a diferença é reconhecida como um passivo. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho, a título de adiantamento, são registrados no balanço patrimonial como um passivo.

Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes e outras" (Nota 22).

3.12. Lucro por ação

O lucro por ação está apresentado com base na média ponderada no número de ações existentes na data do balanço, em conformidade com as disposições requeridas pela Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações.

3.13. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). Os ativos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado. Não existem passivos indexados à moeda estrangeira.

3.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar os valores criados pela Companhia (e controladas) e sua distribuição durante o exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação complementar às demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas do seu melhor julgamento, baseadas na experiência e em outros fatores relevantes que afetam os montantes apresentados dos ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nestas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período; ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração, na elaboração das demonstrações financeiras e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No caso da existência de prova objetiva ou efeito combinado de eventos internos ou externos que afetem a realização de um ativo, a Companhia e suas controladas reconhecem as perdas estimadas (impairment) nas demonstrações financeiras.

4.2. Avaliação dos instrumentos financeiros

Adiante, em notas específicas, são fornecidas informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.3. Provisões

Os montantes contabilizados como provisão são a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

4.4. Contingências ativas e passivas

Os registros dos ativos e passivos contingentes, quando aplicável, são realizados em conformidade com o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e os julgamentos quanto aos valores de realização são suportados pelo laudo de especialistas e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por Fundo Fixo de Caixa e valores disponíveis em contas correntes bancárias no País.

As aplicações financeiras correspondem substancialmente a investimentos remunerados às taxas que variaram de 100,0% a 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Possuem liquidez imediata e os valores de mercado não diferem dos consignados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e contas correntes bancárias	47.008	22.033	48.371	22.572
Aplicações financeiras	25.692	71.723	40.753	71.723
Total	72.700	93.756	89.124	94.295

6. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de prestação de serviços de construção e de revenda de mercadorias:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes públicos	449.666	176.618	488.221	216.914
Clientes privados	7.997	6.976	7.997	6.976
Total	457.663	183.594	496.218	223.890

7. Títulos a receber (curto e longo prazo)

Referem-se, principalmente, a títulos a receber de entidades governamentais. A Companhia adota todos os procedimentos cabíveis ao recebimento dos seus créditos, por meio de negociações e ajuizamento de ações judiciais, nas quais vem obtendo decisões favoráveis. Os consultores jurídicos avaliam que são remotas as possibilidades de perdas das ações judiciais movidas contra os devedores. Os montantes apresentados estão registrados a valores históricos e são inferiores aos que vem sendo realizados:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Curto prazo	114.856	118.107	114.856	118.107
Longo prazo	131.377	42.276	131.377	42.276
Total	246.233	160.383	246.233	160.383

8. Estoques

Os valores referem-se a estoque de materiais adquiridos para serem aplicados em obras (almoxarifado) e de mercadorias a serem revendidas também para os clientes de obras. Os valores estão assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Almoxarifado	23.246	14.313	23.282	14.518
Bens destinados à revenda	16.704	67.909	16.704	67.909
Total	39.950	82.222	39.986	82.427

9. Partes relacionadas

As transações entre a Companhia e outras empresas referem-se a operações comerciais e de contas correntes. Os valores destas transações são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Coligadas	834	15.919	834	15.919
Consórcios	263	2.989	980	3.778
Total	1.097	18.908	1.814	19.697

10. Investimentos

Os investimentos avaliados, conforme descrito na Nota 3.3, a movimentação dos mesmos e as informações financeiras sobre as investidas são discriminados a seguir:

Empresas	Patrimônio Líquido		Participação %		Investimento	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Mendes Junior Uruguay S/A	4.546	4.190	100,00	100,00	4.546	4.190
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda	111.612	134.722	28,57	28,57	31.888	38.490
Participação em SCP	-	-	-	-	4.232	7.683
					40.666	50.363

11. Imobilizado

A discriminação e a movimentação das contas do ativo imobilizado são assim demonstradas:

	Controladora				
	Terrenos	Edificações	Máquinas equipamentos veículos	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	119	1.098	25.433	5.005	31.655
Aquisição	-	331	3.584	4.599	8.514
Depreciação	-	(590)	(8.254)	(889)	(9.733)
Baixa	-	(2)	(342)	(1.960)	(2.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119	837	20.421	6.755	28.132
Aquisição	594	537	20.717	3.684	25.532
Depreciação	-	(296)	(8.151)	(777)	(9.224)
Baixa	-	(182)	(6.315)	(1.987)	(8.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	713	896	26.672	7.675	35.956
Taxas anuais de depreciação - %	-	4%	20%	10%	

	Consolidado				
	Terrenos	Edificações	Máquinas equipamentos veículos	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	119	1.098	25.480	5.005	31.702
Aquisição	-	331	3.607	4.632	8.570
Depreciação	-	(590)	(8.301)	(889)	(9.780)
Baixa	-	(2)	(342)	(1.960)	(2.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119	837	20.444	6.788	28.188
Aquisição	594	537	20.806	3.694	25.631
Depreciação	-	(296)	(8.160)	(781)	(9.237)
Baixa	-	(182)	(6.315)	(1.987)	(8.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	713	896	26.775	7.714	36.098
Taxas anuais de depreciação - %	-	4%	20%	10%	

Não existem financiamentos atrelados à aquisição de ativo imobilizado nos exercícios de 2011 e 2012.

12. Intangível

A discriminação e a movimentação das contas do ativo intangível são assim demonstradas:

	Controladora			Consolidado		
	Direitos minerários	Outros intangíveis	Total	Direitos minerários	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	22.150	305	22.455	22.150	305	22.455
Aquisição	-	260	260	-	260	260
Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.150	565	22.715	22.150	565	22.715
Custo total	22.150	565	22.715	22.150	565	22.715
Valor contábil	22.150	565	22.715	22.150	565	22.715
Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.150	565	22.715	22.150	565	22.715
Aquisição	-	2.155	2.155	-	2.155	2.155
Saldos em 31 de dezembro de 2012	22.150	2.720	24.870	22.150	2.720	24.870
Custo total	22.150	2.720	24.870	22.150	2.720	24.870
Valor contábil	22.150	2.720	24.870	22.150	2.720	24.870

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por recebíveis, avais e notas promissórias. Os encargos financeiros variaram de CDI + 0,165% ao mês a CDI + 1,0% ao mês. A parcela do longo prazo tem vencimento para julho de 2014. Os montantes de curto e longo prazo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Parcela a curto prazo	134.750	70.487	134.750	70.487
Parcela a longo prazo	55.289	17.357	55.289	17.357
Total	190.039	87.844	190.039	87.844

14. Fornecedores e subempreiteiros

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros, discriminados por espécie de fornecimentos são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Materiais e equipamentos	62.759	47.065	74.056	49.372
Serviços	54.889	27.501	54.889	27.501
Total	117.648	74.566	128.945	76.873

15. Salários e encargos sociais

As obrigações sociais e trabalhistas são compostas substancialmente por salários a pagar e provisões de encargos trabalhistas, calculados conforme a legislação aplicável e estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários	9.049	8.074	9.245	8.145
Encargos sociais	13.418	16.282	13.709	16.425
Provisão Férias	27.666	25.594	28.266	25.820
Total	50.132	49.949	51.219	50.390

16. Impostos e contribuições – curto prazo

As obrigações tributárias referem-se a tributos correntes de ISSQN, COFINS, PIS, IRPJ, CSLL e parcelamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tributos correntes	44.385	9.691	47.202	11.874
Parcelamentos	6.396	5.630	6.396	5.630
Total	50.781	15.321	53.598	17.504

17. Impostos e contribuições – longo prazo

A Lei nº 11.941/09 proporcionou aos contribuintes um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB, inclusive previdenciários, e débitos com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no Refis (Lei nº 9.964/00), no parcelamento Especial – PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional – PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

A Companhia optou pela inclusão dos débitos, antes incluídos no PAEX, parcelamento convencional, além de outros, no parcelamento da Lei nº 11.941/09. O débito é discriminado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Parcelamento Lei nº 11.941/09	29.313	17.182	29.313	17.182
Provisão IRPJ/CSLL diferida	18.968	9.013	18.968	9.013
Outros parcelamentos	53	242	53	242
Total	48.334	26.437	48.334	26.437

18. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e em processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, respaldada em pareceres de seus advogados, bem como em experiência anterior em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as seguintes contingências, julgadas suficientes para cobrir eventuais desembolsos futuros de caixa, nos termos do CPC 25:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	4.229	2.176	4.229	2.176
Cíveis	-	2.272	-	2.272
Tributárias	-	995	-	995
Total	4.229	5.443	4.229	5.443

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava as seguintes movimentações de passivos contingentes:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.320
Constituição/(reversão) de provisões	(3.877)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.443
Constituição/(reversão) de provisões	(1.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.229

A Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é possível. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, com expectativa de perda possível, estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	11.403	5.396	11.403	5.396
Cíveis	42.738	40.431	42.738	40.431
Tributárias	1.807	-	1.807	-
Total	55.948	45.827	55.948	45.827

19. Patrimônio líquido
19.1. Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 235.000, representado por 205.058.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

19.2. Dividendos e reservas de lucro

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação em vigor.

A proposta da Administração à Assembleia Geral Ordinária é para que seja constituída Reserva Especial para Dividendos não Distribuídos, no valor de R\$ 10.348, nos termos do artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Previdência complementar

Os valores dos passivos atuariais, nos padrões da Deliberação CVM 600 e do CPC 33, relativos aos benefícios concedidos aos empregados estão reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia:

	2012	2011
Obrigações de longo prazo	6.540	5.361
Total	<u>6.540</u>	<u>5.361</u>

A Companhia é patrocinadora da Mendesprev – Sociedade Previdenciária, entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, é constituída com o objetivo de assegurar aos seus beneficiários o complemento dos proventos de aposentadoria e pensão.

A Mendesprev adota dois planos de benefícios, ou seja, Plano CD de Benefícios e o Plano Misto de Benefícios. O Plano CD de Benefícios é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, em que o valor dos benefícios são ajustados ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção dos benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores portados e os benefícios pagos e o Plano Misto de Benefícios que trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida (fase de acumulação de recursos na atividade) e outra de benefício definido (fase de recebimento de benefícios).

20.1. Plano CD de benefícios

O Plano CD de Benefícios, administrado pela Mendesprev, é estruturado na modalidade de Contribuição Definida. Em 31 de dezembro de 2012, a Mendesprev possuía no plano CD de Benefícios 288 participantes ativos, e não existia participantes assistidos e pensionistas.

20.1.1. Plano de custeio

As contribuições dos participantes ativos e autopatrocinados compreendem:

- Contribuição normal: de caráter obrigatório e mensal, correspondente a um percentual escolhido pelo participante de 2% (dois por cento) a 7% (sete por cento) do seu salário de participação;
- Contribuição extraordinária: de caráter opcional e eventual, corresponde ao valor escolhido pelo participante ativo e autopatrocinado de acordo com sua conveniência.

As contribuições da patrocinadora compreendem:

- Contribuição normal: efetuada mensalmente, corresponde a 2% (dois por cento) do salário de participação;
- Contribuição extraordinária: esporádica, voluntária, destinada a reforçar o saldo de conta do participante ativo. As despesas administrativas são custeadas pela patrocinadora, pelos participantes autopatrocinados, optantes pelo benefício proporcional diferido e assistido, na forma estabelecida pelo atuário.

20.1.2. Benefícios

Os benefícios assegurados pelo Plano CD de benefícios são os seguintes:

- Aposentadoria;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Benefício proporcional diferido;
- Abono anual.

O valor mensal do benefício de aposentadoria é obtido na data do seu requerimento, calculado por equivalência atuarial, com base no saldo de conta e nas faixas etárias do participante e seus beneficiários. Os benefícios são recalculados, anualmente, no mês de novembro, com base nas características etárias do assistido, de seus beneficiários e do saldo de conta remanescente da conta Individual de benefício concedido.

Para fins de atendimento ao CPC 33, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de plano é apurada através do montante das contribuições da patrocinadora vertidas ao plano durante o exercício de 2012, não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

20.2. Plano misto de benefícios

Em 31 de dezembro de 2012, a Mendesprev possuía no Plano Misto de Benefícios 196 participantes ativos, 62 participantes diferidos, 51 participantes aposentados (em 31 de dezembro de 2011, 194 participantes ativos, 66 participantes diferidos, 48 participantes aposentados).

O Plano Misto de Benefícios trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida e outra de benefício definido, não sendo mais admitida adesões ao plano.

20.2.1. Plano de custeio

Os benefícios oferecidos pelo Plano serão custeados por meio de:

- Contribuições dos participantes ativos e autopatrocinados: de caráter obrigatório e mensal, correspondente à 7,5% (sete e meio por cento) da parcela do salário de participação que exceder a 20 salários unitários;
- Contribuição das patrocinadoras: igual a 100% (cem por cento) da contribuição efetuada pelo participante;
- Receitas de aplicações do patrimônio;
- Dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.

As despesas administrativas serão custeadas por recursos oriundos dos participantes e da patrocinadora.

20.2.2. Benefícios do plano

Os benefícios do plano são os seguintes:

- Aposentadoria normal: terá direito ao benefício de aposentadoria normal o participante que preencher as seguintes condições: idade mínima de 60 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano;
- Aposentadoria antecipada: a elegibilidade ao benefício de aposentadoria antecipada começará quando o participante preencher as seguintes condições: idade mínima de 55 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano;
- Aposentadoria por invalidez: para a aposentadoria por invalidez, o participante deve ter a sua invalidez atestada por um médico clínico ou perito credenciado pela Mendesprev Sociedade Previdenciária;
- Pensão por morte: a elegibilidade para a pensão por morte é o falecimento do participante ou do assistido;
- Morte de participante antes do gozo de aposentadoria: sobre o valor que o participante teria direito a receber caso tivesse se aposentado por invalidez, é aplicado percentual definido no regulamento do Plano de acordo com o número de dependentes, acrescido da transformação do saldo de conta de acordo com as normas atuariais;
- Morte de participante assistido: aplicação de percentual definido do regulamento do Plano, de acordo com o número de dependentes, sobre o benefício percebido na data do falecimento.

Os benefícios mensais previstos no Regulamento do Plano Misto são reajustados anualmente no mês da data base da patrocinadora, de acordo com a variação do INPC. Os dados cadastrais possuem data-base em 31/12/2012. A seguir, o resumo dos dados da Sociedade:

Participantes ativos

Frequência de participantes	196
Idade média (em anos).....	52
Folha de salários de participação mensal	1.774
Salário de participação médio	9

Participantes diferidos

Frequência de participantes	62
Idade média (em anos).....	47
Folha de salários de participação mensal	98
Salário de participação médio	2

Participantes aposentados

Frequência de participantes	51
Idade média (em anos).....	64
Folha de salários de participação mensal	339
Salário de participação médio	7

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	2012	2011
Obrigações atuariais.....	124.674	91.260
Valor justo dos ativos do plano.....	<u>(89.551)</u>	<u>(75.193)</u>
Valor presente das obrigações a descoberto	35.123	16.067
Perda ou (ganhos) atuariais	<u>(28.583)</u>	<u>(10.706)</u>
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	6.540	5.361
Passivo (ativo) atuarial provisionado no Balanço.....	<u>(5.361)</u>	<u>(3.562)</u>
Passivo (ativo).....	<u>1.179</u>	<u>1.799</u>

A Companhia reconheceu em 2012 uma obrigação atuarial no montante de R\$ 1.179 como forma de garantir o pagamento dos compromissos do plano na sua totalidade, dentro das regras da Deliberação CVM 600. Para o exercício de 2011, conforme parecer atuarial houve um passivo no montante de R\$ 1.799. A movimentação do valor justo do plano de benefícios nos períodos apresentados é o seguinte:

Evolução do valor justo dos ativos

Valor justo dos ativos ao início do ano	75.193
Benefícios pagos durante o exercício	(4.336)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	953
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	1.857
Rendimento efetivo dos ativos no ano	15.884
Valor justo dos ativos ao final do ano	<u>89.551</u>

A movimentação do valor referente à obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

Valor das obrigações atuariais ao início do ano	91.260
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	2.051
Juros sobre obrigação atuarial	9.609
Benefícios pagos no ano	(4.336)
(Ganhos)/perdas Atuariais	26.091
Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano	<u>124.674</u>

Para o ano de 2012, os valores a serem pagos foram projetados em decorrência das variações atuariais e deverão ser os seguintes:

Despesa a reconhecer na demonstração de resultados

	2012	2011
Custo do serviço corrente (com juros)	2.052	1.699
Contribuições esperadas de participante	(953)	(915)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	9.609	8.236
Rendimento esperado dos ativos	(8.461)	(6.266)
Amortização referente ao custo de serviço passado	789	789
Despesa a ser reconhecida pelo empregador no exercício	3.036	3.543
Contribuições do empregador referente a custeio de plano	<u>(1.857)</u>	<u>(1.744)</u>
Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	<u>1.179</u>	<u>1.799</u>

20.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos adotados foram aquelas requeridas pelos padrões do CPC 33 e Deliberação CVM 600. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais:

Econômicas e financeiras

	2012	2011
Taxa de desconto atuarial – real	4,00% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de desconto atuarial – nominal	9,20% a.a.	10,78% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – real	4,00% a.a.	6,00% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – nominal	9,20% a.a.	11,30% a.a.
Taxa de crescimento salarial – nominal	5,53% a.a.	5,53% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios – nominal	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação projetada	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de capacidade	97,00% a.a.	97,00% a.a.

20.4. Política contábil para o reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais

Os estudos atuariais projetam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho (ou perda) atuarial.

21. Seguros

É política da Companhia manter cobertura de seguros para bens do imobilizado, responsabilidade civil e risco de engenharia, em montante considerado suficiente para suprir qualquer perda que vier a sofrer frente aos riscos envolvidos.

22. Receita líquida

A discriminação das principais rubricas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.334.555	1.348.543	1.397.776	1.358.362
Deduções das receitas brutas	<u>(94.607)</u>	<u>(99.850)</u>	<u>(97.958)</u>	<u>(100.354)</u>
Total.....	<u>1.239.948</u>	<u>1.248.693</u>	<u>1.299.818</u>	<u>1.258.008</u>

23. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Gastos com pessoal.....	(58.429)	(50.051)	(58.429)	(50.051)
Compras de materiais diversos.....	(854)	(1.027)	(854)	(1.027)
Aluguel.....	(4.508)	(4.038)	(4.508)	(4.038)
Serviços de terceiros.....	(46.136)	(36.304)	(46.136)	(36.304)
Outras.....	(6.239)	(9.010)	(6.585)	(10.530)
Total.....	<u>(116.166)</u>	<u>(100.430)</u>	<u>(116.512)</u>	<u>(101.950)</u>

24. Resultado financeiro

A discriminação das receitas (despesas) financeiras líquidas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras decorrentes de				
Rendimento de aplicações financeiras.....	2.689	8.966	2.689	8.966
Juros ativos	1.047	9.708	1.047	9.708
Descontos obtidos.....	240	924	240	924
Outras.....	155	219	258	222
	<u>4.131</u>	<u>19.817</u>	<u>4.234</u>	<u>19.820</u>
Despesas financeiras decorrentes de				
Juros passivos.....	(35.490)	(39.995)	(35.490)	(39.995)
Variações cambiais.....	(6)	(759)	(6)	(759)
IOF.....	(5.453)	(5.268)	(5.453)	(5.268)
Outras.....	<u>(2.018)</u>	<u>(1.367)</u>	<u>(2.018)</u>	<u>(1.371)</u>
	<u>(42.967)</u>	<u>(47.389)</u>	<u>(42.967)</u>	<u>(47.393)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(38.836)</u>	<u>(27.572)</u>	<u>(38.733)</u>	<u>(27.573)</u>

25. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os cálculos do IRPJ e da CSLL, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A conciliação das provisões para o IRPJ e para a CSLL da Companhia, são demonstrados a seguir:

	2012	2011
IRPJ e CSLL correntes		
Lucro antes do IR e da CSLL	58.219	24.081
Adições permanentes.....	8.201	9.922
Adições temporárias	37.800	50.508
Exclusões permanentes	(2.791)	(13.586)
Exclusões temporárias	(66.694)	(38.327)
Equivalência patrimonial.....	<u>(23.166)</u>	<u>(6.071)</u>
Lucro real.....	11.569	26.527
Imposto de Renda 15%	(1.735)	(3.979)
Adicional IRPJ	(1.133)	(2.629)
Incentivos	173	380
CSLL 9%	<u>(1.041)</u>	<u>(2.387)</u>
Total corrente.....	<u>(3.736)</u>	<u>(8.615)</u>
IRPJ e CSLL diferidos		
Ativos		
Lucro diferido entidades governamentais.....	(30.981)	12.181
Passivos não circulante		
Passivo atuarial.....	(1.179)	(1.799)
Passivo contencioso.....	<u>(1.614)</u>	<u>3.877</u>
Base de calculo imposto diferido	<u>(33.774)</u>	<u>14.259</u>
Imposto diferido 34%.....	<u>(11.483)</u>	<u>4.848</u>



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de riscos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza risco e prazo similares.

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de riscos de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

a) Risco de liquidez – O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e de suas controladas.

b) Riscos de crédito – O risco de crédito está associado à possibilidade de não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção. Os valores demonstrados como vencidos e relacionados a contratos de curto prazo possuem repactuação de prazo de pagamento. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia e de suas controladas.

Riscos financeiros – É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de riscos dentro do contexto de suas operações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: J. Murillo Valle Mendes
Conselheiros: Eduardo Mendes Moreira
Leonardo Bocchese Mendes

DIRETORIA

Presidente: J. Murillo Valle Mendes
Vice-Presidente de Assuntos Corporativos: Ângelo Alves Mendes
Vice-Presidente de Mercado: Sérgio Cunha Mendes
Vice-Presidente de Desenvolvimento Financeiro: Delson de Miranda Tolentino
Vice-Presidente de Engenharia: Victório Duque Semionato

CONTADOR

Alexandre Magno de Pinho Freitas
CRC-MG-046.601/O-3-S/SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas
Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentadas para fins de comparabilidade foram anteriormente por nós examinadas e o nosso relatório, datado de 01 de março de 2013, não apresentava modificação.

São Paulo, 01 de março de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3 S - SP